

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Atena
Editora
Ano 2020

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS



DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas
ciências humanas

2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S115 Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas
ciências humanas 2 [recurso eletrônico] /
Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-312-5
DOI 10.22533/at.ed.125202008

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I.
Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Uma tradição, normalmente, pode ser definido como aquilo que se faz por hábito, um legado passado de uma geração para outra. Embora o historiador Hobsbawm tenha chamado atenção em uma obra bastante reconhecida entre historiadores de que as tradições, de maneira geral consistem em retomar “passado histórico apropriado”, em que o senso de continuidade ocupa um valor e uma necessidade centrais, e que, para isso, muitas vezes os diferentes grupos se constituem em torno de falsas noções de continuidade, ou seja, as tradições, podem, muitas vezes serem inventadas, a expressão saberes tradicionais traz consigo um elemento mais amplo do que a noção de continuidade a que nos referíamos acima.

Usualmente, a ideia de saber tradicional é usada para marcar um conjunto de noções e práticas que permeiam as sociedades e grupos e são ligadas, por exemplo, ao reconhecimento de propriedades de plantas, consensos e práticas sociais comuns, valores norteadores que parecem pertencer a uma realidade atemporal, ou seja, estiveram sempre presentes e são reconhecidas por um grande número de pessoas sem ter passado pelo espaço de “validação científica”, que nesse caso, significaria o crivo do método usado pela ciência para chegar em suas conclusões. Isso não significa, que, nos dias atuais não se possa falar de uma espécie de «terreno comum» em que se estabelece um diálogo, uma espécie de entendimento entre as esferas do conhecimento tradicional e do conhecimento contemporâneo, técnico e científico.

Essa troca existe, e é bastante presente, ainda que, nem sempre, essas esferas sejam consideradas de maneira equivalente, uma vez que a “ciência” acaba prevalecendo. Em ciências humanas, nos últimos anos, esse debate se fez cada vez mais presente, dado que o registro, o resgate e o entendimento desses saberes tradicionais sempre esteve na pauta, de uma maneira ou de outra, de seu campo de pesquisa. Nesse caso, o sentido de incompatibilidade não se faz tão presente como em outras tradições científicas. Ainda assim, tem se construído cada vez mais o entendimento de que esse resgate e a ideia de que os saberes tradicionais devam ser pesquisados e referidos, junto com eles chama-se a atenção para que os valores de justiça social, participação popular e sustentabilidade estejam sempre presentes e cada vez mais na pauta do processo de construção dos saberes. Assim, para além de base e fonte, se entende, nas ciências humanas, que há que se dar voz ao saber tradicional, e que o diálogo deste com o conhecimento científico constitui-se enquanto riqueza e multidimensionalidade do mesmo.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS DIGITAIS: O CASO DA FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO	
Gabriel Luiz dos Santos Maria Celina Pedroso Alves Yuri de Lira Lucas	
DOI 10.22533/at.ed.1252020081	
CAPÍTULO 2	16
A REPRESENTAÇÃO DA VIDA RURAL POR MEIO DA MÚSICA SERTANEJA RAIZ E SUAS TRANSFORMAÇÕES – NAS VOZES DE TIÃO CARREIRO E PARDINHO	
Bruno de Caldas Martins Alessandro Henrique Cavichia Dias	
DOI 10.22533/at.ed.1252020082	
CAPÍTULO 3	28
ALTERIDADE, IDENTIDADE E PROTAGONISMO INDÍGENA NO BRASIL E A DISPUTA PELAS TERRAS TRADICIONAIS	
Valéria Nogueira Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1252020083	
CAPÍTULO 4	40
AS MULHERES NAS “POESIAS BÍBLICAS” DE DANIEL FARIA	
Marcus Mareano	
DOI 10.22533/at.ed.1252020084	
CAPÍTULO 5	49
CIBERCULTURA E AS NOVAS NUANCES EM SER NERD	
Adriele Cristina Rodrigues Lucia Helena Vendrusculo Possari	
DOI 10.22533/at.ed.1252020085	
CAPÍTULO 6	53
CIDADES SUSTENTÁVEIS: ESTUDO DOS INDICADORES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	
Juliana Moraes da Silva Souza Erbenia Lourenço de Oliveira Heverton Felinto Pedrosa de Melo	

Marucelle de Alcântara Bonifácio

DOI 10.22533/at.ed.1252020086

CAPÍTULO 7.....74

CIRCULARIDADE, FOGO DOMÉSTICO E CRIANÇA KAIOWÁ: O CAMINHAR DAS CRIANÇAS PELA ALDEIA LARANJEIRA ÑANDERU

Jéssica Maciel de Souza

Tania Milene Nugoli Moraes

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

DOI 10.22533/at.ed.1252020087

CAPÍTULO 8.....85

COOPERATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE VINHO DE JUNDIAÍ (AVA) NO ÂMBITO DO PROJETO MICROBACIAS II

Tamires Regina Rocha

Alan da Silva Vinhaes

DOI 10.22533/at.ed.1252020088

CAPÍTULO 9.....97

DO IMPRESSO AO DIGITAL: O USO DE NOVAS MÍDIAS PARA INFORMAR E ORIENTAR CONSUMIDORES

Solange de Fátima Wollenhaupt

Lúcia Helena Vandrúsculo Possari

DOI 10.22533/at.ed.1252020089

CAPÍTULO 10.....106

FROM THE TERRITORY TO THE CYBER SPACE: THE SEARCH FOR THE SYMBOLIC CAPITAL OF THE MISAK INDIGENOUS

Jennifer Paola Pisso Concha

Mário Cezar Silva Leite

DOI 10.22533/at.ed.12520200810

CAPÍTULO 11.....111

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SUAS INTERFACES COM A VALORIZAÇÃO DA MULHER NO TRABALHO ASSOCIATIVO: O CASO DA ECOLANCHES

Heverton Felinto Pedrosa de Melo

Marucelle de Alcântara Bonifácio

Juliana Moraes da Silva Souza

Erbenia Lourenço de Oliveira

Mariéli Barbosa Cândido

DOI 10.22533/at.ed.12520200811

CAPÍTULO 12.....	123
ESPAÇO RURAL NO PLANO PLURIANUAL (2008/2011) DA BAHIA: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DISCURSO DO GOVERNO DO ESTADO	
Adelmo Santos da Silva Vanessa da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12520200812	
CAPÍTULO 13.....	132
FAZENDA GUATAPARÁ: O BERÇO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO	
Denise Cristina Rosario Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12520200813	
CAPÍTULO 14.....	145
MÍDIA E CAMPANHA DA FRATERNIDADE, CAMINHO PASTORAL PARA A JUSTIÇA E A PAZ	
Leila Maria Orlandi Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.12520200814	
CAPÍTULO 15.....	154
O CANTO DE CLEMENTINA DE JESUS: UMA APRESENTAÇÃO SINCRETICA ENGAJADA MANIFESTADA A PARTIR DA DÉCADA DE SESSENTA	
Terezinha do Socorro da Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.12520200815	
CAPÍTULO 16.....	173
O PAPEL E AS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA URBANA EM PORTO FERREIRA-SP	
Alan da Silva Vinhaes Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.12520200816	
CAPÍTULO 17.....	185
SOLIDARIEDADE COMO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO PASTORAL E ECLESIAL	
Matheus da Silva Bernardes	
DOI 10.22533/at.ed.12520200817	

CAPÍTULO 18.....194

UMA RELAÇÃO DIVINA E CULTURAL ATRAVÉS DA PRÁTICA DO JONGO: MEMÓRIA DE UMA ANCESTRALIDADE DA CANTORA CLEMENTINA DE JESUS

Terezinha do Socorro da Silva Lima

Ana Maria Cavaleiro de Macedo Bragança

DOI 10.22533/at.ed.12520200818

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....209

ÍNDICE REMISSIVO.....210

CAPÍTULO 16

O PAPEL E AS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA URBANA EM PORTO FERREIRA-SP

Data de aceite: 01/08/2020

Data de submissão: 04/05/2020

Alan da Silva Vinhaes

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente
Presidente Prudente - SP
<https://orcid.org/0000-0002-3072-2050>

Tamires Regina Rocha

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente
Presidente Prudente – SP
<https://orcid.org/0000-0002-5358-1174>

RESUMO: A agricultura urbana (AU) está integrada ao ecossistema urbano, tem caráter multifuncional e propicia bons resultados ambientais, sociais e econômicos. Atualmente a AU está ganhando destaque no cenário mundial e brasileiro, sendo importante compreender as iniciativas e demandas existentes para que políticas públicas possam ser implementadas. O objetivo principal do texto é analisar o papel e o perfil da agricultura urbana no município de Porto Ferreira/SP e assim, a investigação será conduzida com base em levantamentos bibliográfico e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura urbana, políticas públicas, projeto.

THE ROLE AND CHARACTERISTICS OF URBAN AGRICULTURE IN PORTO FERREIRA-SP

ABSTRACT: Urban agriculture (AU) is integrated with the urban ecosystem, has a multifunctional character and provides good environmental, social and economic results. Currently, AU is gaining prominence in the world and Brazilian scenario, and it is important to understand the existing initiatives and demands so that public policies can be implemented. The main objective of the text is to analyze the role and profile of urban agriculture in the municipality of Porto Ferreira / SP and thus, the investigation will be conducted based on bibliographic and documentary surveys.

KEYWORDS: Urban agriculture, public policy, project.

1 | INTRODUÇÃO

A agricultura urbana (AU) está integrada ao ecossistema urbano, tem caráter multifuncional e propicia bons resultados ambientais, sociais e econômicos. Atualmente a AU está ganhando destaque no cenário mundial e brasileiro, sendo importante compreender as iniciativas e demandas existentes para que políticas públicas possam ser implementadas.

O objetivo principal do texto é analisar o papel e o perfil da agricultura urbana no município de Porto Ferreira/SP e assim, a investigação será conduzida com base em

levantamentos bibliográfico e documental.

O processo de urbanização, acompanhado do forte crescimento demográfico, intensificou-se a partir da segunda metade do século XX, quando a industrialização se tornou mais expressiva, causando efeitos sobre a ocupação de mão-de-obra e a localização das populações (SANTOS, 2008).

A partir dos anos 1970 o processo de modernização da agricultura brasileira tornou-se mais expressivo, provocando o êxodo rural e a intensificação do processo de urbanização.

Porém a urbanização reduziu-se nos últimos anos, entretanto as suas consequências no espaço urbano continuam sendo sentidas, particularmente as repercussões da expulsão das populações do campo para a cidade sem perspectiva de melhores condições de vida, deparando-se com pobreza, marginalização e desigualdade socioespacial e econômica.

O homem do campo se distanciando de seu espaço de origem, não perdeu a relação com as atividades agropecuárias. É nesse contexto que vem à tona a discussão sobre Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), pois o cultivo de vegetais e a criação de animais em áreas urbanas passam fazer parte da dinâmica socioeconômica e ambiental urbana.

Assim, a agricultura urbana vem demonstrando a capacidade de desempenhar um importante papel na diversificação e fortalecimento de estratégias de planejamento e administração das cidades.

“A agricultura urbana apresenta-se como complementar às atividades agrícolas desenvolvidas no meio rural, com o diferencial de estar integrada aos sistemas econômicos e ecológicos urbanos” (COVARRUBIAS *et al* 2011, p. 63).

Nesse estudo são apresentados os resultados iniciais da pesquisa intitulada “O papel da agricultura urbana no município de Porto Ferreira-SP” que é uma cidade de pequeno porte do interior paulista. A investigação tem como objetivo, analisar a agricultura urbana no contexto das políticas públicas e das ações da administração municipal.

Por fim, o texto se encontra estruturado em duas seções, além da introdução, das considerações finais e das referências. Na primeira seção, há uma abordagem teórica sobre o processo de modernização da agricultura e o êxodo rural no Brasil; e contudo, segunda seção é apresentado as características e o papel da agricultura urbana nesse novo cenário agrícola brasileiro e os as investigações preliminares no município de Porto Ferreira-SP.

2 | A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O ÊXODO RURAL NO BRASIL

Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar, exerceu importante papel no abastecimento alimentar interno, mas o apoio governamental a esta categoria de produtores foi inexpressivo (MATTEI, 2014).

Com a intensificação do processo de modernização da agricultura brasileira a partir de meados dos anos de 1960, as políticas públicas para o meio rural privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das *commodities* voltadas ao mercado internacional e produzidas em larga escala.

(...) o resultado dessas políticas públicas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços

mínimos e ao seguro da produção (MATTEI, 2014, p. 71).

Teixeira (2005, p. 23) *apud* Brum (1988) aponta que as principais razões da modernização da agricultura são:

- a) elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro; b) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência; c) necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio, visto que a modernização levantou a questão da renda da terra; d) possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país.

Como aponta Teixeira (2005, p. 24), “a década de 1960 marcou o início de um novo modelo econômico brasileiro, substituindo o chamado modelo de substituição de importações pela modernização do setor agrário e formação do Complexo Agroindustrial”.

A modernização da agricultura se caracterizou pela mecanização e intenso uso de insumos químicos e defensivos agrícolas, causando erosão e contaminação do solo, diminuindo assim a cobertura vegetal e degradando os recursos hídricos (CATI, 2001).

Com novas técnicas e equipamentos modernos,

o produtor passa a depender cada vez menos da “generosidade” da natureza, adaptando-a mais facilmente de acordo com seus interesses. No entanto, por esse caminho a agricultura está cada vez mais subordinada à indústria, que dita as regras de produção (TEIXEIRA, 2005, p. 22-23).

Para Graziano Neto (1985, p. 27) “a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente”.

Outra consequência da modernização foi o êxodo rural e a concentração da propriedade da terra, na medida em que não atingiu todos os produtores rurais. Dessa forma, a busca por novos padrões de desenvolvimento se tornou uma constante (CATI, 2001).

No Brasil, segundo Bonnal, Delgado e Cazella (2011) havia um rural invisível, composto por uma grande parcela da população que não tinha e ainda não tem acesso às políticas públicas. Essas famílias residentes em espaços rurais compunham uma sociedade civil sem representação política, por não estarem organizadas em associações, sindicatos e/ou cooperativas.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970 se intensifica o processo de modernização da agricultura brasileira, porém as políticas públicas para o meio rural privilegiaram apenas os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das commodities voltadas para o mercado internacional e produzidas em larga escala;

(...) o resultado dessas políticas públicas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção. (MATTEI, 2014, p. 71).

Segundo Martine (1991), entre os anos de 1968 e 1973, diante do ‘milagre econômico’, quase 30 milhões de pessoas mudaram-se para as cidades, causando um

intenso êxodo rural. Os anos 1980 foram marcados, pela estagnação, retração da produção industrial, inflação, instabilidade de mercados e agravamento dos problemas sociais.

Neves Neto (2013, p. 62) ressalta que até o final da década de 1980,

As políticas públicas direcionadas aos espaços rurais eram estritamente setoriais, focadas no estímulo a produção agrícola e tendo como beneficiários os grandes e médios produtores, a exemplo disto o financiamento agrícola instituído pelos governos militares (1964-1985). Esta concessão de crédito rural subsidiado foi o principal mecanismo utilizado pelo Estado para promover as alterações da base técnica da agricultura brasileira.

Assim, o processo de urbanização, acompanhado do forte crescimento demográfico, intensificou-se a partir da segunda metade do século XX, quando a industrialização se tornou mais expressiva, causando efeitos sobre a ocupação de mão-de-obra e a localização das populações (SANTOS, 2008).

De acordo com Brito (2006, p. 222) “somente na década de 1960 a população urbana brasileira superou a rural. Portanto, o rápido processo de urbanização é um fenômeno estrutural relativamente recente, tendo o seu auge medido pela velocidade do crescimento da população urbana, entre os anos 1950 e 1970”.

Gonçalves Neto (1997) ressalta as principais transformações ocorridas nas relações sociais no campo a partir da segunda metade da década de 1960:

É interessante notar que as transformações que ocorrem no agro, a partir da segunda metade dos anos 1960, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira. Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão-de obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109).

No ano 1960 a população urbana representava 46% do total de 71 milhões, passou no início de 2000 para 82% do total de 169 milhões e no de 2010 elevou-se para 84% de um total de 190,7 milhões (FRICKE; PARISI, 2004).

De acordo com Beltran (1995):

neste processo histórico, as famílias que migraram das zonas rurais perderam a relação com a natureza e sofreram um processo de erosão de seus saberes e de transformação de costumes alimentares. Paralelo a isto, inconvenientemente as cidades e os seus sistemas econômicos não conseguem torná-las economicamente ativas, assim, não dispendo das condições apropriadas para satisfazer as suas necessidades socioculturais e de qualidade de vida (BELTRAN, 1995, p. 32).

O rápido processo de urbanização, aliado à manutenção e aprofundamento das desigualdades, contribuiu para a intensificação dos conflitos sociais nopaís. Com o acentuado êxodo rural, aumentaram os problemas de moradia, desemprego, miséria e violência nas cidades.

Teixeira (2005) salienta que:

os trabalhadores que foram “expulsos” do campo formam uma imensa massa de sem-terra, que aos poucos, se movimentam para as áreas urbanas ou para outras regiões, principalmente para as áreas de expansão da fronteira agrícola. Os incentivos para a migração em direção a essas áreas ao norte do Brasil são imensos, constituindo a tão famosa “marcha para o oeste”. Parte dos trabalhadores sem-terras que permanece na cidade forma uma gama de trabalhadores volantes, os chamados “boias-frias”, que vendem suas forças de trabalho no campo, mas residem nas cidades (TEIXEIRA, 2005, p. 9).

Para Arruda (2006, p. 1), no entanto, “principalmente nos países em desenvolvimento, as raízes do homem com a terra não foram totalmente perdidas, sendo assim, vegetais e animais continuaram a ser produzidos ou criados nas áreas urbanas (UNDP, 1996), o que traz à tona a discussão da agricultura urbana”.

Covarrubias (2011, p. 24) expõe que o

crescimento das cidades levou a mudanças expressivas na ocupação desses espaços, com a formação das áreas de transição entre o rural e o urbano e a emergência de novas relações que organizam tais espaços, dentre elas se destacam as novas demandas de produção, consumo, serviços e aproveitamento do espaço a fim de suprir as necessidades básicas da população e garantir a sua reprodução social.

Machado, A. T. e Machado, C. T. T. (2002) acrescentam que:

A falta de planejamento no processo de urbanização apresenta-se como um dos principais problemas da atualidade trazendo consigo questões que buscam por soluções urgentes, como o fornecimento e acesso aos alimentos, a preservação ambiental e a oferta de empregos (MACHADO, A.T e MACHADO, C.T.T, 2002, p.6.

Assim, na próxima seção irá ser abordado a agricultura urbana no novo cenário agrícola brasileiro, agora empenhado cada vez mais no campo ao agronegócio.

3 | A AGRICULTURA URBANA NESSE NOVO CENÁRIO AGRÍCOLA BRASILEIRO

A agricultura urbana vem demonstrando a capacidade de desempenhar um importante papel na diversificação e fortalecimento de estratégias de planejamento e administração das cidades. Assim, a agricultura urbana é definida como:

(...) the production of agricultural goods by urban residents, according to the official definition of the urban space utilised by the surveys we work with. Our definition is eminently driven by the definition of rurality adopted by national governments and reflected in our dataset, and we do not deal with the conceptual definitional issues discussed for instance by (ZEZZA e TASCIOTTI,

2010) *apud* Maxwell (2003), FAO (1996) and Ellis and Sumberg (1998).

Covarrubias *et al* (2011, p. 63) expõem que a agricultura urbana se apresenta como

complementar às atividades agrícolas desenvolvidas no meio rural, com o diferencial de estar integrada aos sistemas econômicos e ecológicos urbanos (MOUGEOT, 2001). Na literatura encontram-se diferentes definições do fenômeno da agricultura urbana, entretanto muitas destas apresentam elementos comuns, incluindo critérios de localização, tipos de área onde ela é praticada, categoria dos produtos, escalas e sistemas de produção, destinação dos produtos e tipos de atividades econômicas envolvidas.

Para o governo federal brasileiro, a agricultura urbana

(...) é um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação, a comercialização e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas [...] e pecuários [...] voltados ao autoconsumo ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais [...]. Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (BRASIL, 2007, p.6).

Assim, o principal aspecto no qual a agricultura urbana difere da rural, no entanto, é o ambiente, pois a

agricultura urbana pode ser realizada em qualquer ambiente urbano ou periurbano, podendo ser praticada diretamente no solo, em canteiros suspensos, em vasos, ou onde a criatividade sugerir. Qualquer área disponível pode ser aproveitada, desde um vaso dentro de um apartamento até extensas áreas de terra, sob luz natural ou artificial (ROESE, 2003, p. 1).

A agricultura urbana estimula a

produção orgânica de alimentos nos grandes centros urbanos, aproveitando as áreas ociosas para promover o plantio de hortaliças, ervas medicinais e aromáticas, plantas ornamentais, criação de pequenos animais e instalação de microagroindústrias. As *urban farms* (fazendas urbanas) podem ser definidas como hortas plantadas em vasos, em containers adaptados, em praças, varandas, sacadas ou telhados de edifícios e casas (COOK *et al.*, 2015 *apud* VALENT *et al*, 2017, p. 6).

De acordo com Corbould (2013) a agricultura urbana

(...) pode ser vista como uma estratégia política no combate à fome e uma forma de aumentar a segurança alimentar sem o uso de agrotóxicos e com a perspectiva de uma economia mais solidária. Assim, esse tipo de prática pode transformar-se em um modelo de negócio. O crescimento da agricultura urbana é o resultado de um aumento global da migração das zonas rurais para as áreas urbanas. Nestas áreas, as populações urbanas são mais vulneráveis à insegurança alimentar, uma vez que dependem de fontes externas para as suas necessidades alimentares e, assim, expostos a maiores riscos de abastecimento (CORBOULD, 2013, p. 18).

Assim, as definições mais usuais da agricultura urbana se baseiam nos seguintes determinantes: “tipos de atividade econômica; localização intra-urbana ou periurbana; tipos de áreas onde ela é praticada; sua escala e sistema de produção; as categorias e subcategorias de produtos (alimentícios e não alimentícios); e a destinação dos produtos, inclusive sua comercialização” (ARRUDA, 2006, p. 1).

Apesar de se realizar a mesma atividade agrícola, a agricultura urbana distingue-se da agricultura rural (Quadro 1), dentre os aspectos destacam-se a área disponível para cultivo, os conhecimentos técnicos por parte dos agentes envolvidos, o tempo de dedicação, entre outros.

De acordo com Zezza e Tasciotti *apud* Maxwell, 2003; Ellis and Sumberg, 1998, uma distinção que é frequente na literatura da agricultura urbana

refers to the extent to which urban households that engage in agriculture have some degree of market orientation or are purely producing agricultural goods for own-consumption. There seems to be a consensus, based on case study reviews, that the direct food security purpose prevails, but that a substantial number of urban farmers also sell their produce on the market, and more so in Latin America than in Africa (ZEZZA e TASCIOTTI, 2010, p. 266 *apud* MAXWELL, 2003; ELLIS and SUMBERG, 1998).

Pinto (2007) acrescenta que:

Dos produtos que se dirigem ao mercado global, onde a frequência é maior e muitas vezes excessiva, existe maior preponderância no uso de fertilizantes químicos, ao contrário do que se passa em meios urbanos. Admitindo que os solos urbanos se encontram com uma maior abundância em nutrientes, a necessidade em usar os químicos é muito menor (PINTO, 2007, p. 15).

Aspectos	Agricultura Rural	Agricultura Urbana
Área Disponível	Abrangen	Restrita
Conhecimentos Técnicos	Elevados	Reduzidos ou nenhum
Tempo de Dedicação	Inteiro	Parcial
Diversidade de Produtos	Pouca	Muita
Uso de Fertilizantes Químicos	Sim	Não
Destino dos Produtos	Venda	Autoconsumo

Quadro 1. Diferenças entre agricultura rural e agricultura urbana

Fonte: Adaptado de Pinto (2007) Org. Alan da Silva Vinhaes, 2019.

De acordo Moreira (2008) *apud* Valente *et al* (2017, p. 6) a prática de agricultura urbana se associa

a ideia de cidade inclusiva, produtiva e ecológica, podendo gerar mudanças na economia, pois modifica o consumo e a produção de alimentos em centros urbanos. O principal objetivo é o de cultivar alimentos no mesmo

local onde eles serão consumidos – o que ajuda na redução de gastos com transporte e no uso de agrotóxicos e conservantes. Desta forma oferece uma alimentação mais saudável, além de uma maior oferta de empregos, oportunidades e negócios para as famílias e empresas que se preocupam com a sustentabilidade ambiental e o bem-estar da população.

Valent *et al*, (2017, p. 7) destaca que na agricultura urbana também

está presente na economia solidária baseada nas relações de cooperação, trabalho associado e autogestão, tendo como valor central a solidariedade (FERREIRA *et al.*, 2014). Os setores populares organizam-se em cooperativas e associações para facilitar a inserção nos mercados e resistir às desigualdades geradas pelo mundo contemporâneo. Além da economia solidária, a agricultura urbana reúne um conjunto de vinculações, conforme se verifica na Figura 1.

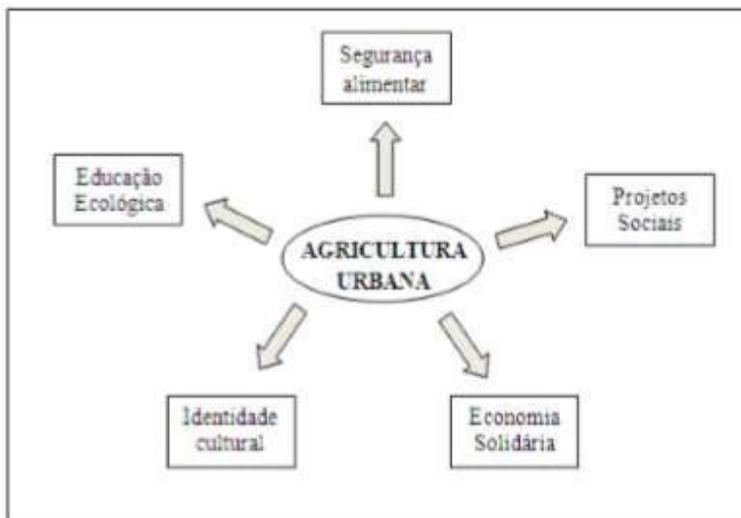


Figura 1. Atividades que circundam a agricultura urbana

Fonte: Valent *et al*, 2017, p. 7.

Sendo assim, de acordo com a análise do Quadro 1 realizada por Ferreira (2014) é possível perceber que:

em termos ambientais a agricultura urbana pode contribuir para a amenização de impactos ambientais e melhor gestão dos recursos naturais. Também propicia condições para a reciclagem de resíduos sólidos e águas residuais, formação de microclimas pelo enriquecimento do componente vegetal na paisagem e manutenção da biodiversidade, entre outras, apresentando características propícias para práticas produtivas de base ecológica. No âmbito econômico, esta atividade pode gerar oportunidades de emprego e renda alternativa, especialmente para a população mais pobre, e abastecimento

do mercado local. Já em termos sociais as repercussões também podem ser bastante positivas, pois promove a valorização das culturas locais e o empoderamento comunitário (FERREIRA, 2014, p. 72).

Covarrubias (2011, p. 65) expõem que

outras questões relevantes a serem consideradas quando se aborda a potencialização dos benefícios da agricultura urbana dizem respeito às características do sistema de produção e dos agricultores, o seu grau de inserção no sistema de gestão do espaço urbano, e às políticas públicas de fomento às atividades existentes.

Para Dubbeling e Mertzthal (2006, p. 38) “tornam-se fundamentais os esforços para a identificação do perfil das atividades de agricultura urbana em andamento, assim como o reconhecimento das demandas na comunidade para que as ações estratégicas de fomento sejam efetivas”.

Neste sentido a cidade não pode mais ser entendida de maneira estanque

como o local onde se desenvolvem atividades industriais e de serviços e o campo como o local onde se desenvolvem atividades agrícolas. Mais do que nunca as cidades brasileiras estão desafiadas a unir estas realidades (urbano e rural), ainda consideradas por alguns, incompatíveis, integrando as políticas de planejamento no território dos municípios como um todo (BOUKHARAEVA *et al.*, 2005 *apud* SATANA *et al* 2016, p. 319).

Através do levantamento bibliográfico e de investigações preliminares em Porto Ferreira, constatou-se que o município não conta com legislação que contemple a agricultura urbana, apesar da prática da agricultura ser recorrente nos bairros periféricos da cidade. No entanto, o município conta com a Lei 2.531, de 5 de dezembro de 2006, que instituiu o Programa de Hortas Comunitárias, a qual possui os seguintes objetivos:

I – Aproveitar mão de obra desempregada;

II – Proporcionar terapia ocupacional para pessoas com deficiências e homens e mulheres da terceira idade;

III – Aproveitar áreas devolutas;

IV – Manter terrenos baldios limpos e utilizados (Disponível em <http://camaraportoferreira.sinoinformatica.com.br/camver/LEIMUN/02531.html> Acesso em 11/09/2019).

Este resultado evidencia a importância da agricultura urbana na garantia do acesso ao alimento e, portanto, na segurança alimentar desta parcela da população, reconhecido como um dos principais benefícios da agricultura urbana em diversas pesquisas (MACHADO; MACHADO, 2002).

Além disso, existe no município de Porto Ferreira três viveiros (Paraíso plantas; Alternativa viveiros e Bela Flora/Agroflora), que produzem mudas para atender a agricultura convencional, hidropônica e orgânica (COVARRUBIAS, 2011, p. 177).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho é o início de uma pesquisa sobre as características e o papel da agricultura urbana em Porto Ferreira, como resultado trouxemos o levantamento bibliográfico abordando toda a construção do processo de urbanização, êxodo rural, modernização da agricultura e a agricultura urbana.

No contexto do êxodo rural e da modernização da agricultura, Delgado (2012) destaca o incremento do cultivo de *commodities* para atender a demanda externa. Estas refletem, primeiramente a elevada concentração da propriedade da terra; em segundo lugar a sua localização e a qualidade intrínseca dos recursos naturais explorados e por fim, o acesso a fundo públicos subvencionados.

Esse processo trouxe graves consequências para o Brasil, como o rápido processo de urbanização que agravou os problemas socioambientais e socioespaciais nas cidades. Parte da população advinda do campo não possui qualificação suficiente para atender ao mercado, resultando na maioria das vezes a volta ao campo para trabalho temporário (“boias-frias”).

O processo de modernização da agricultura afetou também a questão do trabalho do homem no campo, as máquinas aos poucos substituíram a mão de obra humana, que novamente teve que se adaptar e começou a se utilizar de pequenos espaços vazios para o plantio nas cidades como alternativa alimentar e de complemento da renda.

Os estudos e abordagens a respeito da agricultura urbana se apresentam como um importante passo para a construção de uma nova forma de entender como a AU é resultante dos processos socioeconômicos e culturais.

Somente por meio da inserção da Agricultura Urbana no planejamento das cidades que esta prática passará a ser entendida e valorizada enquanto importante ferramenta para o enfrentamento da pobreza e para o aprimoramento da própria gestão dos espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Juliana, Agricultura Urbana e Periurbana em Campinas/SP: **Análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola Campinas (2006).

BELTRAN, J. Hacia un imaginario de desarrollo sostenible. En: A la búsqueda de ciudades sostenibles. Seminário especializado. Memórias. II Encuentro Internacional Habitat-Colômbia. Pereira 20-24 de septiembre, 1994. **Editorial Guadalupe Ltda**. Bogotá. 369 p. 1995.

BONNAL, Philippe; DELGADO, Nelson Giordano; CAZELLA, Ademir. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. Brasília: IICA, Série **Desenvolvimento Rural Sustentável**, 2011, v. 14, p. 35-60.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Edital SESAN/MDS No. 01/2007: seleção de proponentes para apoio a projetos de agricultura urbana e periurbana. Brasília, 2007.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estud. av.** São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, 2006.

CORBOULD, C. **Feeding the Cities: Is Urban Agriculture the Future of Food Security? Strategic Analysis Paper**. 2013. Disponível em <http://www.futuredirections.org.au/publication/feeding-the-cities-is-urban-agriculture-the-future-of-food-security/> Acesso em: 23.set.2019.

COVARRUBIAS, J. R. D. **Agricultura Urbana em Porto Ferreira - SP: mapeamento, caracterização e tipificação**. Dissertação de mestrado apresentada na UFSCAR, 2011, p.299.

COVARRUBIAS, Juliana Duz Ricarte; FERRAZ, José Maria Gusman; BORGES, Janice Rodrigues Piaceres. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2011, p. 62-80.

DELGADO, G. C. Do **Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERREIRA, G. M. V. et al. Redes sociais e economia solidária: uma análise das redes de relacionamento dos pequenos produtores rurais participantes do Projeto Esperança/Cooesperança. RAMA. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.7, n. 1, p.151-171, 2014.

FRICKE, G. T.; PARISI, R. S. B. **A Gestão Urbana e o Desenvolvimento Regional Sustentável: A Rota Tecnológica 459 e a Região Metropolitana de Campinas**. Disponível em:<www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT11/glacir_fricke.pdf>. Acesso em: 06.out.2019.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

MACHADO, A.T.; MACHADO, C.T.T. **Agricultura urbana. Planaltina**: Embrapa Cerrados, 2002.

MARTINE, George. **A questão populacional no Brasil: elementos para a agenda da Fundação MacArthur**. Documento de trabalho da Fundação MacArthur, 1991.

MATTEI, Lauro Francisco. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 58-69-69, 2014.

MOREIRA, C. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. In: **Hissa**, Cássio Eduardo Viana (Org.). Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013.

PINTO, R. **Hortas Urbanas: Espaço para o Desenvolvimento Sustentável de Braga**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Municipal, Universidade do Minho, 2007.

PORTO FERREIRA. Disponível em< <http://camaraportoferreira.sinoinformatica.com.br/camver/LEIMUN/02531.html>> Acesso em 20.set.2019).

ROESE, Alexandre Dinnys. **Agricultura urbana**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 4 p. 2003.

SANTOS, M.. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1993].

TEIXEIRA, J. C. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagos-MS, V 2 – n 2, p. 21-42, Setembro/ 2005.

VALENTE, F. L.. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In. **Direito Humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VALENT, Joice Zagna; OLIVEIRA, Leticia de; VALENT, Vinicius Dornelles. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 7, n. 2, p. 4-19, 29 out. 2017.

ZEZAA A., TASCIOTTI L. **Urban agriculture, poverty, and food security**: Empirical evidence from a sample of developing countries. Agricultural Development Economics Division, Food and Agriculture Organization (FAO), Rome, Italy, 2010.

ÍNDICE

A

Acervo Histórico 1, 142
Aerofotogrametria 1, 4, 7, 9, 10

B

Bíblia 40, 42, 44, 46, 47, 48

C

Capital Simbólico 52, 106
Cartografia 1, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15
Cibercultura 49, 50, 51, 52, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 110
Ciberespaço 49, 50, 99, 102, 105, 106, 110
Cidades Sustentáveis 53, 56, 57, 60, 62, 63, 67, 70, 71, 72
Circularidade 74, 75, 78, 80, 84
Consumo 52, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 114, 116, 136, 137, 177, 179
Criança Kaiowá 74, 84

D

Daniel Faria 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48
Desenvolvimento Local 63, 111, 113, 118, 120

E

Economia Solidária 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 180, 183
Educação 31, 39, 52, 59, 61, 66, 69, 84, 97, 98, 105, 115, 122, 150, 154, 171, 172, 194, 196, 209
Educação Online 97, 98, 101, 104, 105
Estado 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 15, 24, 29, 34, 61, 71, 74, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 96, 100, 115, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 142, 149, 154, 171, 176, 183, 194, 197, 206

F

Fogo Doméstico 74, 75, 76, 77, 80, 81, 84

G

Geoprocessamento 1, 7, 14

I

Indústria Fonográfica 16, 18, 26
Interatividade 49, 50, 51, 97, 98, 99, 102, 104

J

João Pessoa 53, 54, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 111, 113, 115, 117, 121, 122

L

Laranjeira Nãnderu 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 84

M

Master Nerd 49, 51

Mídias Digitais 97, 98, 101, 106

Mística 40, 42

Mulher 20, 21, 23, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 111, 113, 116, 117, 118, 121, 166, 171, 189

Música Sertaneja 16, 17, 18, 25, 26, 27

N

Nerd 49, 50, 51, 52

O

Ods 53, 54, 56, 60, 62, 67, 68, 69, 70, 72

P

Poesia 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 198

Política Indigenista 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 39

Políticas Públicas 54, 73, 85, 86, 87, 90, 95, 96, 101, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 146, 148, 149, 150, 173, 174, 175, 176, 181, 182, 183

Produção de Sentidos 97

Produtores Culturais 106

Projeto 1, 4, 9, 31, 32, 36, 37, 38, 57, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 103, 115, 116, 141, 173, 183, 184, 189, 195, 197, 198, 206

Protagonismo Indígena 28, 29, 30, 31, 35, 36, 38

R

Relações 4, 28, 29, 30, 40, 41, 49, 61, 69, 72, 74, 75, 78, 80, 82, 83, 98, 99, 102, 113, 115, 119, 120, 129, 133, 138, 140, 154, 160, 166, 171, 176, 177, 180, 194, 200

Representação 4, 5, 16, 18, 21, 26, 30, 50, 159, 172, 175, 195, 196, 199, 200, 203, 207

S

Sensoriamento Remoto 1, 6, 8, 10, 14

Sustentabilidade 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 113, 114, 116, 180

T

Terra 5, 6, 7, 18, 25, 28, 29, 30, 31, 36, 37, 38, 54, 55, 58, 59, 65, 68, 69, 72, 75, 83, 84, 101, 105, 126, 128, 141, 142, 151, 155, 161, 165, 170, 175, 177, 178, 182

Tião Carreiro e Pardino 16, 17, 19, 24, 25, 26

V

Valorização da Mulher 111

Vida Rural 16, 18

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 